

IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS

11 a 14 de novembro de 2015, UFG – Goiânia, GO.

GRUPO DE TRABALHO:

11. Cidades, Crescimento Urbano e Sustentabilidade.

TÍTULO DO TRABALHO:

Centralidades e periferias na metrópole goianiense: contextos de segregação socioespacial e impasses da política urbana brasileira.

NOME COMPLETO E INSTITUIÇÃO DO AUTOR:

Marcello Soldan – Bacharel em Ciências Sociais pela FCS-UFG e Mestre em Sociologia pelo PPGS-UFG

Centralidades e periferias na metrópole goianiense: contextos de segregação socioespacial e impasses da política urbana brasileira

Marcello Soldan¹

O presente trabalho tem objetivo de apresentar os resultados de pesquisa sobre os conflitos sociopolíticos na produção de centralidades na metrópole goianiense. A pesquisa partiu da noção que a realidade metropolitana conduz à produção de espaços sociais marcados pela sobreposição hierarquizada de múltiplas centralidades e periferias socioespaciais, que se relacionam de modo interdependente e exercem influência na vida social como um todo. Deste modo foram pesquisadas as disputas políticas na elaboração-fiscalização dos instrumentos de planejamento urbano de Goiânia. O foco de análise são os discursos políticos, os recursos simbólicos e ideológicos expressos por forças sociais divergentes em relação ao destino de uso de terrenos tipificados por fragilidades ambientais e com baixo adensamento populacional ao norte do município. Nesses terrenos, a alocação de empreendimentos de grande impacto socioambiental a partir dos anos 2010 vem produzindo conflitos cotidianos, que confirmam os impasses da política urbana brasileira e ampliam as tendências de segregação socioespacial, bem como revelam a hegemonia dos interesses econômicos e negação ao direito à cidade nas metrópoles brasileiras.

Palavras-chave: segregação socioespacial, política urbana, Goiânia.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela FCS-UFG e Mestre em Sociologia pelo PPGS-UFG.

INTRODUÇÃO

Goiânia no século XXI é expressão de paradoxo que desafia sua compreensão: o crescimento acelerado dos índices relacionados às mazelas da vida metropolitana, como aumento da violência, desigualdade social, miséria, deflagram um cenário caótico para seus habitantes, ao mesmo tempo, em que dados que mensuram a qualidade de vida e os aspectos ambientais nas metrópoles brasileiras e mundiais destacam Goiânia como metrópole “ecológica”, sustentável, etc.².

Na tentativa de compreender essa realidade paradoxal, de antemão cabe ressaltar que as abordagens quantitativas, recheadas de estatísticas sofisticadas e elaboração de índices numéricos, serão colocadas de lado nesse trabalho. Não por desconsideração teórica-metodológico, mas pela necessidade de contribuições de pesquisas com enfoques sociológicos a respeito das dinâmicas políticas e culturais do fenômeno urbano em Goiânia. Com essa perspectiva, o artigo traz como hipótese que as estruturações socioespaciais em Goiânia, a partir de meados dos anos 2000, confirmam a presença embrionária de transformações das condições que produzem processos excludentes para a maioria dos 2,4 milhões de habitantes através da segregação socioespacial.

A noção de segregação socioespacial dota conceitualmente a produção social do espaço urbano em sua totalidade como desigual, em detrimento da análise dos contextos socioespaciais por índices, como os citados acima, que aparentemente tão discrepantes entre si, mas que representam de modo parcial em Goiânia dimensões de uma realidade metropolitana coexistente e partilhada.

As experiências de segregação socioespacial que ganham forma e

² como, por exemplo, a segunda metrópole mais arborizada do Brasil e a segunda do mundo. Muitos são os exemplos nessa linha, como os já amplamente citados relatórios da ONU-Habitat, que sinalizam que Goiânia, entre as metrópoles no Brasil e na América Latina, é a de maior desigualdade de renda entre seus habitantes, além de ser a décima no mundo atrás apenas de nove grandes cidades sul-africanas herdeiras do regime de *apartheid*. Na mesma intensidade, índices com 94m² de áreas verdes por habitante segundo a Ainda nesse sentido, são banais as referências no nível do conhecimento comum de que em “Goiânia não tem favela” (como se significasse ausência de segregação socioespacial) ou que “Goiânia é a capital dos parques e das praças, das feiras” (como se expressa-se uma “vida urbana” em sua plenitude) contrastam com os índices crescentes de homicídios e do sentimento de insegurança.

dinâmica em Goiânia começam a ser vivida dentro dos mesmos espaços, nos centros e nas periferias, seguindo ritmos de tensões e contiguidades típicos das diferenciações que passam a ocorrer por analogias combinadas de segmentação dos locais de trabalho e dos locais de moradias, com os entraves da mobilidade urbana, da degradação ambiental, violências simbólicas, combinadas com os ritmos das antes correspondências entre distâncias sociais e distâncias físico-espaciais alinhadas em homologias de fácil visualização. Nesse sentido, os movimentos da produção da vida social passam a expressar “várias cidades” ou “centralidades” em uma só área metropolitana, na medida em que são vários “interesses”, “experiências” ou “zonas morais”, regidas por uma única ordem sociopolítica desigualmente estruturada e dinamizadas por investimentos e planejamentos das “cidades”³.

As reflexões sobre as segregações socioespaciais na produção de novas centralidades serão discutidas nos tópicos à seguir com enfoque na metrópole goianiense.

³ A expressão “várias cidades em uma só” foi primeiramente utilizada por Robert PARK (1987). Essa concepção tributária inicialmente da ecologia urbana da Escola de Chicago abordava, por um lado aspectos behavioristas, enfatizando os “comportamentos inatos” das interações sociais, como por exemplo, a *distribuição demográfica por distritos étnicos* nas cidades. Por outro lado, enfatizava os denominados aspectos sociobiogênicos da vida social, através da análise formal das sociabilidades particularidades dos grupos e comunidades urbanas, por exemplo, nas pesquisas *sobre a divisão funcional do emprego na cidade*. Essa concepção limitada e preconceituosa foi critica por Manuel CASTELLS (2000), que trouxe a análise do espaço urbano para o nível das estruturas sociais e da dominação de classe. Com esse movimento analítico determinada disposição espacial conforma as relações sociais em favor da reprodução das estruturas econômicas-políticas-ideológicas e do consumo coletivo da sociedade. As “várias cidades em uma só” seriam, portanto, pequenas unidades produtivas e de circulação de mercadorias. Se a crítica de Castells à Escola de Chicago alcançou grande prestígio, as limitações teóricas para entender as mudanças no espaço urbano contemporâneo são notórias. Nesse contexto, os aspectos teóricos levantados por Henri LEFEBVRE (2006, 2008, 2009) com menos visibilidade que as anteriores na sociologia, a partir da produção do espaço desfez uma crítica que supera os limites das duas correntes anteriores e aponta melhores possibilidades de entendimento das mudanças sociais no espaço a aproximar uma concepção dialética entre estruturas sociais, econômicas, ideológicas amplas e as dinâmicas socioespaciais de produção do espaço na vida cotidiana, concomitantemente ao movimento político da luta de classes nos múltiplos espaços urbanos (sociais). A cidade implode-explode, o tecido urbano vai progressivamente extrapolando para áreas longínquas e multiplicando as centralidades (várias cidades), de maneira hierarquizada e superposta em um espaço continuamente urbanizado. Para Lefebvre (2009, p. 18), esse processo decorre devido à multiplicidade de forças sociais e instituições que passam reivindicar o espaço moderno contemporâneo (sociedade urbana) e são produto, produtores e produção das contradições entre o espaço social e o espaço abstrato em conflitos em níveis complexos de reprodução-produção socioespacial. Ou seja, em um espaço da política. Inspirado por Lefebvre, Mark Gottdiener (1993) denomina a tendência contemporânea do movimento de produção sociopolítica do espaço pelo movimento de desconcentração (várias centralidades em contínua expansão de acordo com as vontades das forças sociais envolvidas na produção do espaço – especialmente capitais e agentes do Estado).

1. AS DIMENSÕES DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM GOIÂNIA.

Desde os anos de 1980, o padrão de segregação socioespacial centro-periferia, assentado na lógica de análise dos círculos concêntricos tradicionais, que toma a cidade, principalmente, em função de identificar o seu centro hegemônico e as articulações estabelecidas entorno de uma periferia mais ou menos homogênea, começa a sofrer questionamentos quanto sua capacidade de apreender a complexidade da vida nas metrópoles brasileiros⁴. Nas ciências sociais, duas vertentes principais da literatura brasileira apresentam pontos de vistas sobre as formas socioespaciais em relação às transformações nos padrões de segregações nas metrópoles nas últimas décadas.

A primeira vertente argumenta que a tendência de segregação das áreas metropolitanas no Brasil e América Latina com o avanço do “receituário neoliberal” sobre o ideário do planejamento urbano, a partir dos anos de 1990, se dá por uma dualidade fundamental entre as pequenas partes ricas, planejadas e verdes em detrimento de gigantescos bolsões de pobreza sem infraestrutura urbana e com ocupação aleatória⁵. Já a segunda vertente da literatura argumenta que, na vida brasileira contemporânea dois novos modos de discriminação produzem elementos específicos de segregação socioespacial, a privatização da segurança e os espaços exclusivistas, que são expressos nos “enclaves fortificados”⁶. Os “enclaves fortificados” são subjetivamente justificados no universo do medo do crime violento, com imagens que permitem tanto expressar os sentimentos de perda e decadência social do espaço público tradicional pelas elites, quanto legitimar o tipo de reação que essas frações de classes vêm adotando nas metrópoles –

⁴ “Os estudos tradicionais da segregação (como os da sociologia urbana americana entre as décadas de 1950 e 1970), e alguns produzidos no Brasil, não mostram objetivamente (às vezes, nem implicitamente) as relações entre, a segregação e o restante da estrutura urbana, e suas relações com os demais aspectos da totalidade social, ou seja, com seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos” (VILLAÇA, 2011).

⁵ Sobre a segregação Villaça (2001), pontua que a dominação dos mais ricos através do espaço urbano possui efeitos para o social na medida em que “segregação urbana”, “efeito e causa da desigualdade expressa nas localidades e nos melhores acessos para os mais ricos conforma espaços de dominação social sobre todo o resto das metrópoles (VILLAÇA, 2001, p. 46)

⁶ Os “enclaves” são articulados nas ações de mercado com processos perspectivas que negam os princípios de acessibilidade e livre circulação, e, em consequência, vão produzindo cidades cada vez mais fragmentadas, militarizadas e privatizadas (CALDEIRA, 2000).

isolamento, discriminação e distanciamento social⁷.

As duas vertentes consideram que em uma sociedade marcada por extremas desigualdades sociais, como as “periféricas”, os processos de estruturação socioespacial das distintas localidades e lugares da metrópole ganham complexidade e sobrepõe espaços de desigualdade por toda a área metropolitana. Compreende-se que a apropriação diferenciada do espaço urbano por frações de classes populares e os estratos mais elitizados, passa a dar sentido a novos desenhos de ocupação dos lugares, que por sua vez processam novos espaços segregados.

Em Goiânia de acordo com a lógica descrita acima, as percepções da “decadência” dos centros tradicionais (o Setor Central e Campinas) já eram notórias desde os anos de 1980, o que coaduna com a realidade complexa de definição precisa dos conteúdos sociais das periferias na região da capital de Goiás. Com a priorização da Região Sul de alocação de equipamentos urbanos públicos e privados, dos parques aos *shoppings centers*, bairros pouco adensados e destinados ao interesse dos setores imobiliários da economia passaram a concentrar os maiores investimentos em oferta de estrutura de deslocamento, de residências e do trabalho-consumo. Nessa região, as “operações urbanas” articuladas por distintos fragmentos de capitais junto aos agentes do Estado, comprometidos com a expansão de áreas nobres da cidade em detrimento da promoção de melhorias na precária infraestrutura urbana durante os anos 1990 e 2000 foram decisivos para a privatização e fortificação dos espaços de interação de modo generalizado em Goiânia⁸.

As “operações urbanas” produzem desencadeamentos caóticos em Goiânia antes, durante e depois de sua execução (por exemplo, não raramente os alvarás e licenças dos empreendimentos imobiliários são denunciados por movimentos sociais por ilicitudes e corrupção), como no caso do Setor Bueno ou Jardim Goiás. Esse último, por exemplo, com as “operações urbanas”

⁷ Na lógica dos enclaves proliferam *points* sofisticados, adequados a estilos e distinções inacessíveis aos consumidores de baixa renda, promovendo a elitização das periferias. À respeito das representações da violência e do discurso do medo em moradores de condomínio em Goiânia. Ver: FRATTARI, 2009 e 2014.

⁸ Os “rolezinhos”, fenômenos debatidos no início de 2014, expressa com clareza a natureza da sociabilidade em ambientes de enclaves fortificados para as frações de classes populares, cercado de preconceitos e violências, mesmo que em encontros de jovens da “periferia” em shopping centers para “pegação”, “zuação” (no vocabulário dos (as) jovens “rolezeiros”) e consumo, especialmente nos cinemas e lanchonetes *fast-foods*.

produziu ao sul-sudeste de Goiânia uma centralidade distinta do até então bairro popular fruto do período inicial de construção de Goiânia⁹. As “operações urbanas” convertem-se assim em processo fundamental para assegurar a eficácia da dominação capitalista através do espaço, ou seja, da produção da segregação socioespacial que se apresenta como uma determinada configuração espacial favorável ao exercício do poder dos mais abastados, que possuem vantagens diferenciais de acesso às localidades privilegiadas, de moradia e aos melhores pontos de concentração dos benefícios da vida nas metrópoles.

A indução da ocupação de áreas periferias via “operações urbanas” não exclui as lógicas dos enclaves. Os condomínios horizontais de luxo tornaram-se tendência em Goiânia sem que no Plano Diretor dos anos 1990 houvesse qualquer definição sobre o tema, assim permanecendo até as regulações instituídas pelo Plano Diretor de 2007 (PD-2007). Inicialmente concentraram-se na considerada “pobre”, Região Sudoeste, a exemplo dos Jardins Florença e Madrid, Residencial Granville, além dos Jardins Viena e Mônaco na divisa com Aparecida de Goiânia, com exceções de um nas também periféricas Região Noroeste (divisa municipal com Goianira) e Região Norte (divisa municipal com Santo Antônio de Goiás). Mas, é no extremo sudeste de Goiânia, nas proximidades do citado Jardim Goiás, que a construção de condomínios do tipo “enclaves fortificados” tornam-se tendência. Alguns equipamentos públicos de grande porte foram recuperados ou construídos visando atender especialmente os moradores desses espaços, como o caso do Centro Cultural Oscar Niemeyer, que está entroncado entre duas rodovias (BR-153 e GO-020) e não

⁹ As terras que deram origem ao bairro pertenciam a João Bosco Louza, com destaque para a Fazenda Botafogo cujo parcelamento deu origem ao Jardim Goiás. É sabido que o adensamento do Jd. Goiás e das imediações foi autorizado após negociações dele com a Prefeitura, dono também de empreendimentos imobiliários e do Shopping Flamboyant. A partir dos anos de 1970, o Jardim Goiás vem acumulando a alocação de equipamentos públicos e privados, como o Estádio Serra Dourada, a Escola de Governo (atual Colégio da Polícia Militar Hugo de Carvalho Ramos), o Autódromo Internacional de Goiânia e depois o Shopping Flamboyant. Até os anos 2000, a ocupação de localidades próximas era lenta, mas com a hegemonia das ações do capital imobiliário nas definições dos ritmos de ocupação e adensamento instituídos no PDIG-1992, em detrimento das restrições urbanísticas antes existentes, ocorre um *boom* imobiliário de alto padrão (MARQUEZ, 2012). Já na metade dos 2000, o Jardim Goiás passa a ser um dos bairros mais elitizados de Goiânia, desenvolvendo características de centralidade em Goiânia. O poder público nesse sentido se encarregou da criação do Parque Flamboyant, da transferência do Paço Municipal e demais órgãos públicos municipais para as proximidades, além de desapropriar e expulsar moradores pobres para as periferias metropolitanas ou relega-los as pressões exercidas por empreendimentos luxuosos produzidos diuturnamente nos arredores.

possui acesso de transporte público, além de realizar eventos culturais “exclusivistas” patrocinados por agentes imobiliários que procuram capitalizar com o marketing cultural¹⁰.

A questão não é ser contra a criação de “espaços públicos de cultura”, mas das condições desfavoráveis de apropriação desses espaços pela maioria da população metropolitana. Os conteúdos sociais, espaciais, simbólicos e políticos contidos, no exemplo acima, coadunam e condicionam às formas de ação das classes e estratos sociais na busca de diferenciação perante os distintos segmentos sociais de maneira hierarquizada e fragmentada na ocupação dos espaços urbanos pleiteados.

Os condomínios de luxo fazem parte da imposição de um padrão de segregação, induzido por distintas frações de capital sob-hegemonia do capital imobiliário-financeiro, que estimulam os desejos de “auto-segregação” das frações mais elitizadas nos “enclaves fortificados”, mas que também induzem o discurso do medo mimeticamente representado na voz de segmentos populares amedrontados com a “violência urbana”. Os enclaves, em localidades distantes dos centros tradicionais, dispersam a concentração de inúmeros equipamentos urbanos em favor de atender interesses específicos de seus moradores e dos empreendimentos que não raramente possuem lógicas discursivas apegadas a ações de marketing ambiental¹¹. Na Região Norte de Goiânia, por exemplo, destacam-se caso dos vínculos entre o marketing ambiental vinculado ao condomínio Aldeia do Vale, nas proximidades do Jardim Guanabara, na margem direita da BR-153¹². Esse condomínio foi construído em terrenos de preservação ambiental e arqueológica, onde o contraste social em relação aos seus vizinhos mais humildes do Jardim Guanabara e, em especial, do Residencial Vale dos Sonhos dá visibilidade ao abismo social gigantesco que convivem “lado a lado”¹³¹⁴. Os contextos compartilhados entre

¹⁰ BERNARDES E JÚNIOR, 2008.

¹¹ Goiânia possui já registrado em literatura discursos que remetem com intensidade o discurso da sustentabilidade desde os anos de 1990. Essa intensidade pode ser medida inclusive nas construções de imagem sobre a cidade e de como as forças sociais se apropriam de seus sentidos. Sobre o tema ver: OLIVEIRA e CHAVEIRO, 2010; SILVA e ALMEIDA, 2010.

¹² Sobre o condomínio Aldeia do Vale ver: MOURA, 2003; BARBOSA, MELLO e VIANA, 2004.

¹³ A expressão segregação “lado a lado” é utilizada por Caldeira para representar as separações sociais e as proximidades físicas que os enclaves mantêm com periferias pobres (CALDEIRA, 2000).

¹⁴ O Vale dos Sonhos está localizado na margem oposta da rodovia, à porta de serviços do condomínio horizontal fechado e surgiu no mesmo período de criação do condomínio como

o Condomínio Aldeia do Vale e o Residencial Vale dos Sonhos, além do Jardim Guanabara, devido à proximidade física que mantêm, mas a oposição nas hierarquias de classes sociais que os separam, conduzem a questionamentos sobre as características dos padrões da segregação socioespacial e as mudanças nas formas e conteúdos da ocupação socioespacial da RMG.

As desigualdades sociais vivenciadas “lado a lado” confirmam processos que se repetem nas franjas dos condomínios horizontais e “enclaves fortificados” em todas as regiões de Goiânia. A proximidade física e o distanciamento social são vistos na tranquilidade bucólica do condomínio horizontal Aldeia do Vale e no espelho com o loteamento Vale dos Sonhos (através da BR-153) e com outros loteamentos de aprovação recente pelo Governo do Estado de Goiás, como João Paulo II e Frei Galvão, todos eles predestinados a alojar a força de trabalho necessária e barata para suprir os serviços residenciais dos vizinhos abastados. Assim também se estende a dualização para outros condomínios fechados nos caminhos para Bela Vista, a sudoeste e a sudeste com Aragoiânia, bem como para os espaços intra-urbano dessas duas cidades e de outras, o que já se faz notório em Trindade, Nerópolis e Goianira.

As dinâmicas sociais se realizam e repetem percursos nos bairros periféricos consolidados de Goiânia, sob uma lógica planejada de segregação socioespacial, no intuito de expandir a ocupação elitizada e valorizar certos pontos (locais) da metrópole em detrimento de outros. Mas, algum modo os espaços urbanos fragmentados “reunificam-se”, momento dialético plausível da hipótese de um viés de estudo com foco nas *múltiplas centralidades* urbanas articuladas à produção de ocupações diferenciadas das frações de classes sociais no espaço urbano.

Pode-se dizer que os padrões de segregação em Goiânia, a partir de meados dos anos 2000, não representam unicidade, como as dualidades regionais, os enclaves fortificados ou os círculos de centro-periferia, mas uma multiplicidade de padrões de diferenciação físicos, simbólicos e políticos, que produzem segregações entre frações de classes sobrepostas em níveis cada

ocupação de desabrigados, com ocupação organizada por uma associação de posseiros, como forma de pressão para a liberação do crédito destinado ao assentamento de cooperativas e em meados dos anos 1990 foi regularizado. Ver: FREITAS (2004).

vez mais hierarquizados e segmentados na vida cotidiana. A distância social combinada com a proximidade territorial impossibilita o exercício de manutenção do padrão de segregação centro-periferia de modo exemplar. As ferramentas analíticas principais dos estudos de segregação nas ciências sociais brasileiras explicam parcialmente as reconfigurações das vivências em áreas metropolitanas atualmente, pois, apesar de poderosas empiricamente, não adentram nas articulações sociopolíticas que produzem os contrastes imediatos (aparente, lado a lado, enclaves fortificados x periferias precárias) e das formas que daí se generaliza (dualidade estrutural entre regiões gerais de ricos) e que apontam para a estruturação do espaço urbano dinamizada por relações sociais hierarquizadas em centralidades espraiadas por vasta área metropolitana.

A contínua expansão da área de influência social da metrópole passa compartilhador e hierarquizar vasto território, dos centros tradicionais aos municípios ainda mais distantes, que vão sendo incorporados a RMG. A perda da exclusividade do centro de Goiânia (região central-sul), antes definidor da cidade e do urbano, recompõem urbanidades dispersas por processos contínuos de ocupação das periferias demarcadas por características regionais diferenciadas, passando a incorporar tendencialmente às cidades menores e circunvizinhas ao hipertrofiado núcleo central, bem como tendência a incorporar cidades cada vez mais distantes ao tecido metropolitano como um todo. De um ponto de vista das formas socioespaciais essas transformações dão visibilidade aos movimentos de expansão das regiões intra-urbanas com o consolidar de *novas centralidades*.

As *novas centralidades* partilham com as centralidades já estabelecidas as influências sobre os territórios na área metropolitana das inúmeras frações de classes sociais dispersas a contextos diferenciados socialmente, sobrepostos e centralizados por localidades dispersas, bem como separadas por extensos “vazios urbanos” com características ambientais singulares e ameaçados pela ação predatória dos capitais. Por exemplo, os desdobramentos das ações irregulares de capitais imobiliários em áreas protegidas pela legislação ambiental na Região Norte pressionam novos empreendimentos industriais e de serviços localizados na periferia, bem como definições com intuito de frear os usos predatórios dos vazios urbanos ganham

destaque no plano político, como a especulação imobiliária, a industrialização poluente e os privilégios no acesso aos benefícios da vida urbana.

No plano político, as “várias cidades” dispersas na área metropolitana, são tomadas por representações sociais, dinamizadas nas contradições que incidem na ocupação distinta de localidades diferenciadas, em que coexistem urbanidades como modos de vida e lutas por hegemonias políticas. Com centralidades e periferias inter-relacionadas a complexidade dos interesses expressos na diversidade de forças sociais que reivindicam demandas a serem atendidas nas diretrizes de planejamento dos territórios representam contextos que exigem cooperação de agentes públicos, da sociedade civil e populações afetadas ao passo que nos conflitos expressos sobre essa ordem torna-se comum a emergência da ação dos múltiplos agentes coletivos. Aqui se define o objeto deste estudo, em que as modalidades de ocupação socioespacial vistas pelo ângulo das antíteses da contradição a partir da noção de segregação encaram os espaços instituídos de debate-convencimento-execução da política.

2. PANORAMA DAS CENTRALIDADES E PERIFERIAS METROPOLITANAS DE GOIÂNIA.

No centro principal da Região Sul de Goiânia, que abrange o Setor Nova Suíça, o “alto” Setor do Bueno e partes do Setor Marista e do Setor Oeste, divide espaço com onde ocorrem a concentração de parcelas elitizadas na imediata vizinhança das franjas pobres do Setor Pedro Ludovico, nas proximidades das ocupações precárias no pé do Morro da Serrinha, bem como induzem reconfigurações socioespaciais em centralidades próximas, de bairros antes periféricos, como o Parque Amazônia e o Jardim América, esse último desmembrado do Setor Macambira um dos primeiros bairros da capital¹⁵. As pressões do mercado imobiliárias tornam-se centrais na apropriação privatistas de espaços antes populares, apontando traços de despossessão dos mais pobres em favor de empreendimentos de impacto. Por exemplo, vista também

¹⁵ Sobre a região Sul e a valorização de seus terrenos ver: MARINHO, 2004; CORREA, 2010; PAULA, 2003.

na verticalização de padrão médio entre as parcelas sul-sudoeste da capital, nas imediações do Terminal do Isidória, no Setor Pedro Ludovico.

Os empreendimentos imobiliários em parcelas a sudoeste da Praça Cívica, no Jardim Goiás, Setor Alto da Glória e nos condomínios fechados na GO-020, saída para o município de Bela Vista de Goiás, que confirmam a elitização de extensa faixa entre a Região Leste e Sul¹⁶. Nas proximidades, no Parque Lozandes, os terrenos públicos anexos ao Paço Municipal sofrem com processos jurídicos de desafetação de áreas públicas, articulados por pressões dos capitais especulativos e da sanha privatista dos governos municipais. Assim como, na mesma velocidade em que ocorrem remoções de segmentos mais pobres para áreas distantes nas regiões Oeste e Noroeste são incentivados novos empreendimentos imobiliários para as classes médias seduzidas pelos bosques e “convívio com a natureza” nas adjacências do Jardim Botânico¹⁷. Os bairros mais distantes, no extremo sudoeste, como o Parque das Laranjeiras e Parque Ateneu também são expressão da concentração de relações sociais em antes bairros periféricos, com universidades, equipamentos de consumo (hipermercado, hospitais, empresas e serviços) condomínios luxo, moradias precárias, conjuntos de apartamentos e conjuntos habitacionais convivendo “lado a lado” e a mais de 10 km do Setor Central de Goiânia¹⁸.

Nas demais regiões ganham notoriedade às pressões sobre terrenos antes ocupados pelas parcelas mais pobres da população goianiense. Na Região Leste, no Setor Vila Nova e do Setor Universitário, já se faz conhecida à verticalização em terrenos desapropriados dos moradores remanescentes das primeiras ocupações por “invasão” acontecidas na origem da cidade “planejada”. A segregação socioespacial se faz visível nos loteamentos limítrofes a Senador Canedo, desdobrados dos processos induzidos nas franjas da Vila Pedroso, do Jardim Dom Fernando, da Vila Galvão, da Vila São João, do Setor Santo Hilário, do Residencial Recanto das Minas Gerais e do

¹⁶ Sobre o Jardim Goiás e imediações ver: MOYSÉS, et. all, 2007; PERES, e BARBOSA, 2010; NETO, et. all. 2012; OLIVEIRA e PEIXOTO, 2009; MOYSÉS e BERNARDES, 2005.

¹⁷ As pressões imobiliárias, depois da remoção de milhares de famílias da área sob a alegação de que seria recuperado e criado um parque para a comunidade. No entanto, tempos depois a prefeitura de Goiânia apresentou projeto na Câmara de Vereadores pedindo a desafetação de área pública para serem vendidas. Esse caso foi amplamente noticiado na mídia local durante os anos de 2000 e por último em 2013.

¹⁸ Sobre a Região Sudoeste ver: CORREA, 2009.

Conjunto Caiçara. O Jardim Novo Mundo, ao mesmo tempo reafirma esse processo de conurbação e se consolida como centralidade na região, especialmente nas imediações do cruzamento da Avenida Anhanguera e da Avenida Nova York. No extremo leste, vazios urbanos entre Goiânia e os municípios de Senador Canedo, além de Bonfinópolis e Caldazinha, incluem desafios em comum de planejamento na ocupação e preservação de áreas verdes.

No outro extremo de Goiânia, no Setor Capuava, entre a região Oeste e Noroeste, o Terminal Padre Pelágio é responsável por concentrar os eixos de transporte urbano nas imediações da GO-060 e GO-070, saída para Trindade, Goianira e Inhumas. Nas imediações do Terminal, o Jardim Petrópolis, o Bairro São Francisco, o Setor Santos Dumont, o Setor Cândida de Moraes, antes separadas por vazios urbanos e bairros periféricos típicos passam a comportar *shoppings center*, torres de conjuntos de apartamentos, trânsito engarrafado e um flagrante descompasso social em relação às ocupações anteriores. Os condomínios fechados e chácaras de recreio dividem espaço nas proximidades com novos loteamentos populares como Residencial Triunfo e Residencial Buena Vista ou ainda o Residencial Jardim do Cerrado, mais de 5 km do Conjunto Vera Cruz, antes representado como últimas franjas urbanizadas a oeste de Goiânia¹⁹.

Mesmo na Região Central as transformações produzidas pela expansão desconcentrada são observadas no Setor Norte-Ferrovário, nas imediações da Rua 44, em que o incremento do comércio popular produz grande adensamento na localidade, onde dividem espaços camelôs, feirantes, lojistas, e consumidores atacadistas ou no varejo de várias partes do Brasil. Desde os anos 2000, são observados efervescentes pontos de comércio popular da produção têxtil regional (Avenida Bernardo Sayão e Setor Fama, Avenida 44, Feira Hippie, Feira da Madrugada, Goiás Center Modas) e pela presença da Estação Rodoviária, chegada-saída de migrantes, além de, também passarem

¹⁹ O Jardim do Cerrado, é um bairro planejado, na GO-060, saída para Trindade, em uma área de 5.000m² a quase 25Km da Praça Cívica, no extremo oeste de Goiânia. Com 10 mil habitações projetadas, “entre casas, sobrados e apartamentos, dentro do ‘conceito de autossuficiência e strip mall– modelo americano com quadras comerciais’ – classificado como o maior projeto do MCMV do Centro-Oeste, no qual já foram entregues 2.340 unidades, em realização pela Brookfield Incorporações.” (MOYSÉS et. all., 2013) Está previsto ainda no Jardim do Cerrado a criação de um parque público e equipamentos comerciais. Ver também: FERREIRA, 2014.

por verticalização, com construção de edifícios de apartamentos destinados à faixa de renda de 3 a 10 salários mínimos²⁰. Na expulsão dos moradores de bairros populares e trechos urbanos precarizados são removidos em sua totalidade. No Setor Aeroporto, nas redondezas da Praça do Avião se apresenta e se integra ao Setor Universitário por vias expressas que ligam até o Setor Sul e assim afluem na Avenida 136 e nas avenidas que saem da Praça Cívica (Rua 10 ou Avenida Universitária, Avenida 83, Avenida 84. e Avenida 85). No Aeroviário, no entorno do Terminal do Dergo e Terminal Rodoviário de Campinas, novos equipamentos urbanos são construídos, como *shoppings centers* e hipermercados²¹. Em Campinas e no Setor Central discursos de preservação do patrimônio e reestruturação de espaços com valor simbólico já são proferidos por militantes de movimentos sociais, agentes públicos e mesmo frações minoritárias de capitais. No Setor Vila Nova a verticalização avança com a aceleração da produção de habitações com o contexto de desconcentração, bem como nos setores Criméia Leste e Negrão de Lima.

Já em relação à denominada Região Norte contrasta com a prevalência de grandes áreas verde, por exemplo, Jardim Guanabara-Vale dos Sonhos-Aldeia do Vale, em que a Avenida Nazareth e a Avenida Vera Cruz (continuação da Avenida Perimetral Norte) expressam os traços mais nítidos do movimento de produção de centralidades e dispersão da população para a “periferia” da Região Norte de Goiânia. Na primeira, a demanda por serviços de uma população de aproximadamente 50 mil habitantes que vivem nas imediações, promoveu um deslocamento de novos equipamentos urbanos, incluindo os de interesse dos moradores do Condomínio Aldeia do Vale, como bancos privados e públicos, *fast-foods*, bares e restaurantes. Esses novos espaços vão disputando interesse com as antigas funções da Avenida Perimetral Norte na localidade, anteriormente marcada por instalação de oficinas de mecânica pesada e galpões industriais. Já na Avenida Nazareth, que corta todo o Jardim Guanabara e dá acesso a diversos bairros adjacentes,

²⁰ Na mesma ótica, já aponta Vaz (2002).

²¹ O futuro Shopping Cerrado está sendo construído nas proximidades da margem do Ribeirão Anicuns, entre o Setor Capuava e o Terminal do Dergo na Avenida Anhanguera. O Terminal Rodoviário de Campinas, também nas proximidades, foi recuperado, não obstante, é significativo o número de galpões desativados ou subutilizados que dão o tom das formas socioespaciais nessa localidade. Esse processo é resultado da progressiva transformação da localidade, antes tidas como últimas franjas urbanizadas a oeste de Goiânia.

a concentração de oferta de serviços públicos, pontos de comércios e linhas de transporte criam necessidades em comum entre os habitantes de todos os bairros próximos que a circundam. Nessas duas avenidas, ao mesmo tempo são criados estímulos à valorização dos terrenos e a paulatina expulsão de moradores para o Jardim Guanabara II, Setor Asa Branca, Vila Santa Cruz, Conjunto João Paulo II e Frei Galvão. Esses bairros com residência de frações ainda mais humildes da população de Goiânia estão localizados nas proximidades da Área de Proteção Ambiental do Córrego Pedreira, onde periodicamente são desalojados para terrenos ainda mais distantes. Como por exemplo, durante os anos 2000, quando parte dessa população foi removida e realocada no Residencial Orlando de Moraes, no extremo da Região Norte de Goiânia, nas proximidades da UFG.

Nas imediações do Jardim Guanabara consta o surgimento de um complexo de indústrias moveleiras e a oferta de equipamentos urbanos públicos, postos de trabalho-consumo, moradia, que envolvem as localidades centralizadoras, como as avenidas Vera Cruz e Nazareth²². Não raramente convivem operários das fábricas de móveis, trabalhadores da CEASA e comerciantes locais, bem como populações marginalizadas de um lado e endinheiradas de outro. Essas dinâmicas dotam o Jardim Guanabara um espaço destinado às funções socioeconômicas como centralidade de características populares, já que em sua gênese vem sendo produzida nos contextos de periferização do parcelamento e ocupação de Goiânia e, a partir da passagem dos anos 1990-2000, passa a exercer influência com novas relações sociais, diversificação dos espaços de interação e relações de dependência por vasto território nas proximidades. Esses processos confirmam o Jardim Guanabara como centralidade, que induz, e é produzida, com as mudanças de moradores, instalações de diferentes frações de capital comercial, de pequeno e grande porte, ao mesmo tempo em que, ampliam-se as segregações agora reproduzidas no próprio “bairro”.

²² Nas imediações do Jardim Guanabara I e II foi criado o Conjunto Jardim Guanabara III e a segunda etapa do Jardim Guanabara II (Conjunto Jardim Guanabara II) ainda em 1989. Ambos são conjuntos habitacionais destinados a camadas populares, sendo que o primeiro é resultado de um projeto desenvolvido pela Associação dos Servidores Públicos do Estado Goiás (ASPEG) e Caixa Econômica Federal (CEF), com vias amplas e casas maiores e, o segundo, surgiu a partir da ação de uma cooperativa para atender funcionários públicos municipais. Sobre as transformações na formação do Jardim Guanabara ver: CARDOSO, 2012.

Assim, com as múltiplas centralidades que ganham forma em Goiânia provoca indagações quanto à capacidade dos instrumentos atuais da política urbana brasileira em lidar com as realidades que produzem e dão sentido a esses movimentos de produção do espaço contemporaneamente. Em outras palavras, o planejamento urbano seria capaz de atenuar os processos de reestruturação da segregação socioespacial em Goiânia ou esse instrumento de planejamento reafirma os processos de segregação estruturados e corrobora a novas desigualdades? Essas indagações nortearão as discussões no tópico seguinte, especialmente levando em conta os desdobramentos advindos da degradação ambiental, *pari passu* com a dispersão do ambiente construído e a produção de novas centralidades em Goiânia.

2.1 POLÍTICAS URBANAS DE HABITAÇÃO, NOVAS CENTRALIDADES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O CASO DA REGIÃO NORTE.

Entre 2010 e 2011, os novos contextos de segregação socioespacial ganham destaque com a produção de habitações do MCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida de 2009) ²³. São vistos na Região Norte especialmente no Setor Goiânia 2 e no Conjunto Orlando Morais, mas também nas imediações do cruzamento da Avenida Goiás Norte com a Avenida Perimetral Norte, a reprodução dos processos políticos em que a produção de habitações é detalhe frente aos interesses econômicos. O MCMV, por exemplo, como principal indutor de produção de novas habitações no Brasil, foi elaborado por grandes incorporadoras, que apoiados pelas instituições públicas ligadas à regulação econômico-financeira (Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Caixa Econômica Federal, BNDS), não propõe políticas com base na reforma da propriedade da terra urbana. Além do que, os empreendimentos são construídos sem exigências explícitas em relação aos compromissos das empreiteiras na infraestruturação urbana, com fortes vetores de degradação ambiental e vantagens maiores à especulação imobiliária do que aos futuros moradores.

Mesmo moradores mais carentes reclamam da falta de asfalto, de

²³ Sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida ver: MARICATO, 2011; CARDOSO, 2013;

transporte público, energia e saneamento adequado. Como no caso do Conjunto Orlando de Moraes, que repete as modalidades de ocupação promovida pelo poder público destinado aos habitantes de baixa renda de Goiânia²⁴. Localizado no extremo norte da capital, a seis quilômetros das últimas franjas urbanizadas do município, o bairro é destituído da infraestrutura mínima prevista em lei e foi construído onde antes pequenas propriedades dedicavam à pecuária leiteira e à agricultura familiar. Nesse bairro, destinado às famílias removidas de “áreas de risco”, principalmente do Jardim Guanabara, Urias Magalhães e Jardim Balneário Meia Ponte, não conta água tratada, transporte coletivo, asfalto, esgoto, posto de saúde, creche e escola. A aprovação do loteamento foi articulada pela Prefeitura e aprovada na câmara de vereadores conjuntamente com uma manobra de alteração do PD e alargamento da “área de expansão urbana” para novos loteamentos ao norte de Goiânia²⁵.

Os terrenos com o preço da terra mais barato do que em outras regiões de Goiânia, acaba por atrair distintos fraccionamentos sociais em áreas de violações aos direitos socioambientais, com impactos irreversíveis em terrenos reconhecidamente de fragilidade ambiental para o adensamento maciço. Durante os primeiros anos da década de 2010, o Setor Goiânia 2, pode se considerar um dos caso mais emblemáticos ao envolver fragilidades ambientais, interesses da indústria da construção civil e dos agentes imobiliários respaldados por políticas governamentais²⁶. Já em sua concepção

²⁴ O Residencial Orlando de Moraes, na região Norte de Goiânia, possui casas populares de dois quartos, sala e cozinha conjugadas, banheiro e área de serviço, feitos em alvenaria e com telhas de barro. Cada uma das habitações tem 40,80 metros quadrados, seguindo a planta elaborada pela Secretaria de Habitação. Os lotes têm, no mínimo, 225 m². A transferência destas famílias integra o Programa Prioritário de Investimento (PPI) do Governo Federal, executado pela Prefeitura de Goiânia por meio da Secretaria Municipal de Habitação (Smhab) (MOYSÉS et. all, 2013). Sobre os trâmites políticos da aprovação do Residencial Orlando de Moraes (BORGES, 2012)

²⁵ O alargamento da área de expansão urbana de Goiânia pela Câmara Municipal variou entre de 3% a 4%.

²⁶ O Setor Goiânia 2 foi projetado e parcialmente implantado pela incorporadora Encol nos anos 1980, localizado logo após as últimas franjas urbanizadas da Região Central de Goiânia, ao atravessar o Rio Meia Ponte na desembocadura do Ribeirão João Leite, saída para Nerópolis, em área de alagamentos e riscos ambientais diversos. Com as definições do PD de 2007, depois inclusive de ser embargado, que novos “empreendimentos” foram autorizados. Daí em diante observa-se a alocação de edifícios de apartamentos produzidos trinta anos desde o início do bairro e contrastando com contornos mais ruralizados e os grandes vazios às margens do Rio Meia Ponte e Ribeirão João Leite. Sobre os processos políticos na expansão do Goiânia 2, Ver: (BORGES, 2012).

original definida pela Encol SA, o setor foi segregado em duas partes, com modalidades distintas de habitações. O “Goiânia 2 de baixo” se configura em um “enclave” de difícil acesso por ser distante dos demais bairros e pelas condições de sua localização espacial, com ruas largas e avenida amplas no estilo dos bulevares, na margem direita da Avenida Perimetral Norte. O “Goiânia 2 de cima”, a possibilidade de integração dos moradores com os bairros que o limitam à norte é maior, pois o desenho urbano não é destoante e a utilização dos centros comerciais do Setor São Judas Tadeu por parte dos moradores é mais frequente. Além de outros espaços de integração, com a feira livre nas terças-feiras, que também é utilizada pelos moradores dos bairros vizinhos ao “Goiânia 2 de cima”.

A parte de baixo do Setor Goiânia 2, com fragilidades ambientais flagrantes (localiza-se exatamente na área de alagamento da desembocadura do Ribeirão João Leite no Rio Meia Ponte), foi autorizada para a construção de novas condomínio de edifícios de apartamentos sob responsabilidade das construtoras Brookfield Incorporações, MCA e Masb. Já na parte de cima do setor, foi construído pela “Tenda” um conjunto de apartamentos de 8 torres de 12 andares conceituado pelo capital imobiliário de “Residencial Club”. Ao todo no Setor Goiânia 2 estão previstas 5mil novas habitações financiadas em maioria com recursos do MCMV, que surgem na medida que a derrubada de matas ciliares e cerrados preservados ameaçam as áreas de alagamento do Rio Meia Ponte e Ribeirão João Leite. Ainda assim, insurgem resistências, por exemplo, visualizadas, na atuação da AGB (Associação dos Geógrafos do Brasil) e do Ministério Público em favor do embargo de edifícios que vinham sendo construídos a menos de 50 m da margem do Rio Meia Ponte pela Brookfield Incorporações no “Novo Goiânia 2”²⁷.

No propagado “Novo Goiânia 2”, que despertou forte interesse das imobiliárias, o caso do Parque Leoldio Di Ramos Caiado, construído pela Prefeitura Municipal, através da PPP (Parceria Público-Privada) com a “Brasil Brokers Tropical Imóveis”, joga mais questionamentos sobre as ações do poder municipal na definição de sustentabilidade e preservação ambiental. O parque foi criado e vinculado às demanda dos novos empreendimentos, a princípio,

²⁷ Apesar da decisão judicial favorável à paralisação das obras, o acampamento da construtora ainda continua montado no terreno.

sem consulta da população residente na Região Norte. São quase inquestionáveis os benefícios que um parque traz para a vida urbana de uma localidade. No entanto, sem as medidas de controle da terra, e pior, a criação de um parque articuladas as ações de Estado e capital imobiliário de maneira obscura, transforma esse equipamento, em uma caricatura de preservação do meio ambiente em detrimento aos reais impactos socioambientais catastróficos que a ocupação dessas áreas produzirá em longo prazo em Goiânia.

O último cenário de instalação de atividades comerciais de grande porte e novos conjuntos de apartamentos em áreas de fragilidade ambiental diz respeito aos terrenos nas proximidades do cruzamento da Avenida Goiás Norte com a Avenida Perimetral Norte, entre o Jardim Balneário Meia Ponte e o Setor Urias Magalhães, em área de alagamento do Rio Meia Ponte. A inauguração do *shopping center* Passeio das Águas em 2013 revela com clareza os conteúdos e conflitos que a aceleração da ocupação projetam para o futuro próximo desse território da Região Norte.

O *shopping* está a poucos metros do desague do Córrego Caveiras no Rio Meia Ponte, inclusive suas ações de marketing sempre carregam temas supostamente “sustentáveis” por conta dessa localização. A construção desse shopping contribuiu não só com a degradação ambiental imediata, mas com toda a reconfiguração da área em favor da especulação imobiliária. Nesse contexto, por exemplo, as placas de publicidade anunciando moradias verticalizadas e a valorização dos terrenos nos setores Parque das Flores, Residencial Humaitá e Jardim Ipê, evidenciam o curso da especulação imobiliária e a construção civil desimpedidas nas imediações do Passeio das Águas²⁸.

Nos três casos, estruturam-se dualidades intra-urbanas que reproduzem as separações anteriores, porém amplificando-as como formas segregadas de vida na cidade, gerando conflitos cada vez mais complexos em territórios dispersos nas imediações das centralidades. A aceleração da produção de moradias representa espaços superpostos a um só tempo que buscam resolver

²⁸ Consta no Residencial Humaitá inclusive a resistência de moradores desabrigados do Jardim Balneário Meia Ponte que reivindicam moradia no local rapidamente comercializado após a construção do *shopping*. Outro caso diz respeito ao Shopping Passeio das Águas e as lojas a ele vinculadas adotaram o critério de ser morador da região como condição diferencial do candidato a trabalho.

a “questão habitacional” e estimulam ocupações desiguais do espaço urbano. Essa realidade se deve especialmente pela lógica dos programas habitacionais (MCMV) de governo que visam combater os efeitos da crise mundial pós-2007 no Brasil, com especial atenção a manutenção das taxas de emprego e não na melhora de vida das pessoas (nas cidades).

No espaço urbano, à exemplo da Região Norte, antes tipicamente periférica, passa a reproduzir, de forma inequívoca, a fragmentação espacial, formando, de igual modo, enclaves de alta e média renda na periferia, bem como novas centralidades vão sendo produzidas no processo de expansão da metrópole e a “periferia da periferia” é prolongado para áreas distantes e ainda com traços de ruralidades. A concentração de relações sociais no Conjunto Itatiaia passa a articular as demandas dos setores mais ao norte, como o Conjunto Orlando de Moraes (transporte, posto de saúde, escola, equipamentos de consumos, etc.). O Goiânia 2, como “grande empreendimento” projeta uma “nova cidade” (centralidade) nas áreas de alagamento do rio Meia Ponte e Ribeirão João Leite. A apropriação e posterior elitização das imediações entre o Setor Urias Magalhães e Jardim Balneário, acompanha as remoções de populações para áreas ainda mais distantes da Região Norte.

A modalidade de segregação do espaço revela uma polarização assimétrica de poder onde, por um lado, os conflitos envolvem interesses de variados fragmentos sociais capitalistas no intuito de tirar vantagens econômicas da cidade e, por outro lado, interesses socioambientais de comunidades locais e interesses sociais em relação à qualidade de vida da cidade como um todo. O que condiz e combina a segregação de dualidades em que pobreza e opulência, espaços de dominação e de conflito, se conformam contiguamente, lado a lado, quase que impossibilitando esconder as medidas e os efeitos das desigualdades sociais com categorias genéricas. Assim tendem a multiplicar centralidade na mesma medida que se multiplicam os exemplos de cenários dramáticos de segregação em novas “cidades” que surgem da “noite para o dia” por toda RMG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, M. O.; MELLO, P. J. C.; VIANA, S. A. "Sítio Arqueológico Vale dos Sonhos: Educação Patrimonial em contexto urbano". *Habitus*, Goiânia: UCG, v. 2, n. 1, pp. 51-72, jan/jun 2004.
- BERNARDES, Genilda D.'Arc; JÚNIOR, Ademar Azevedo Soares. "Condomínios horizontais fechados: reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de Goiânia". *Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 2, 2008.
- BORGES, Pedro Célio A. "Vida Urbana e Democracia – temas de Goiânia no Século XXI". In: MARTINS, Dilamar Cândida; NUNES, Jordão Horta; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Subalternidades, fluxos e cenários*. Goiânia: PUC Goiás, 2012.
- BORGES, Pedro C. A.; BERNARDES, Genilda D.; GARBELIM, Marcello S. "Dilemas da gestão democrática vistos a partir da análise de uma instituição participativa (planos diretores municipais, PDs)" – In: *XVI Congresso Brasileiro de Sociologia – GT2, Cidades*. Salvador: SBS, 2013
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CARDOSO, Aduato Lucio (org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARDOSO, Lucimar Crispim Vaz. *Análise socioespacial do Jardim Guanabara*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CORREA, Elaine Alves Lobo. "Lugares centrais e lugares periféricos de Goiânia: diversidade e complexidade". *GEOGRAFIA (Londrina)*, v. 19, n. 2, p. 3-23, 2010.
- CORREA, Elaine Alves Lobo. "A dinâmica socioespacial da Região Sudoeste de Goiânia: uma análise da produção e valorização do bairro Celina Park". 2009.
- FRATTARI, Najla Franco. *As configurações sociais do medo do crime na cidade de Goiânia*. Tese de Doutorado em Sociologia (UnB). 2014.
- _____. *Insegurança: as práticas e discursos do medo na cidade de Goiânia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia (UFG). 2009.
- FERREIRA, Fábio Luiz. *Contradições do Programa Minha Casa, Minha Vida em Goiânia*. Dissertação de mestrado Sociologia UFG. Goiânia: Mimeo, 2014.
- FREITAS, C. A. L. L. de. *Vale dos Sonhos: Movimentos Sociais Urbanos e Disputa pelo Espaço em Goiânia*. Dissertação apresentada ao mestrado da Instituição IESA. Goiânia: UFG, 2004.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Centauro, 2009.
- _____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- _____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARINHO, Clorisnete Borges. *Espaço urbano e valorização: a produção de lugares na Região Sul de Goiânia*. Diss. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

MARQUEZ, Alexandre Barbosa. *A dominação do espaço urbano em Goiânia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo. 2012

MOURA, Cristina Patriota de. "Vivendo entre muros: o sonho da aldeia." *Pesquisas Urbanas: Desafios do Trabalho Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed (2003).

MOYSÉS, Aristides et al. "Da Formação Urbana ao Empreendedorismo Imobiliário: A nova face da metrópole goianiense". *MERCATOR–Revista de Geografia da UFC*. Ano, v. 6, 2007.

MOYSÉS, Aristides; BERNARDES, Genilda. D'arc. "Segregação urbana e desigualdade social em Goiânia: Estado, mercado imobiliário e dinâmica socioespacial". *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2005.

NETO, Wilson Lopes Mendonça; DE JESUS, Janaína Rodrigues Faria; CASTORINO, Ademir Batista. Lotes baldios em Goiânia-GO: especulação e uso no Bairro Jardim Goiás. *Ateliê Geográfico*, v. 6, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, Adão Francisco de; CHAVEIRO, Eguimar Felício. "Planejamento urbano e imagético da cidade: signos mercadológicos e segregação socioterritorial em Goiânia". *Acta geográfica*, v. 4, n. 7, p. 109-124, 2010.

PARK, Robert. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In Velho, Octávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Guanabara: Rio de Janeiro, 4ª ed., p. 26 a 67, 1987.

PAULA, F. M. A. *Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise da centralidade dos setores Bueno, Oeste e Marista*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

PERES, Maria de Lourdes Corsino; BARBOSA, Ycarim Melgaço. "O imaginário na reprodução da natureza no espaço urbano: Parques Vaca Brava e Flamboyant". *Contemporânea*, v. 8, n. 1, p. 196-204, 2010.

SILVA, Clarinda Aparecida da; ALMEIDA, Maria Geralda de. GOIÂNIA (S): "Uma discussão sobre representações sociais e identidades conferidas à capital goiana". *Ateliê Geográfico*, v. 4, n. 2, 2010.

VAZ, M. D. A. C. *Transformação do centro de Goiânia: renovação ou reestruturação?*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001